

**ATA DA 293ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
SÃO PAULO**

SÃO PAULO, 13/04/2023

PRESIDENTE

LUIZ CARLOS ZAMARCO

COORDENADOR DA COMISSÃO EXECUTIVA

JOSÉ CARLOS RIBEIRO GIMENES

SECRETÁRIO GERAL DO CMS-SP

JULIO CÉSAR CARUZZO

LISTA DE PRESENÇA

I – Conselheiros Presentes

Representantes da Sociedade Civil:

ALBERTINA SOUZA RIBEIRO JUSTINO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE
MARIA ADENILDA MASTELARO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE
ADRIANA RAMOS COSTA MATEUS (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
ALESSANDRA ESTEVÃO DA ROCHA - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE

BENEDITO ALVES DE SOUZA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO
DÉBORA ALIGIERI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO
ADRIANA MATOS PEREIRA (TITULAR) REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL
RUBENS ALVES PINHEIRO FILHO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE
JOSÉ CARLOS RIBEIRO GIMENES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE
ALICE REGINA DE LIMA SANTEZI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE
ANDRÉ ANCELMO ARAÚJO – (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
EDINALVA EDITE DE SOUSA(TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
FREDERICO SOARES DE LIMA –(TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
JULIANA MATIAS DE OLIVEIRA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MANOEL OTAVIANO DA SILVA – (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
OLGA LUISA LEON DE QUIROGA- (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
NADIR FRANCISCO DO AMARAL - (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
CARLOS MIGUEL DE FREITAS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
WALTER MASTELARO NETO – (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
THAÍS MENDES SOUZA – (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
EDUARDO VICTOR FERREIRA FARIA – (TITULAR) - REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
MARIA IMACULADA HENRIQUE CÂNDIDO - (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
EDUARDO BUENO DA FONSECA PERILLO- (TITULAR) - REPRESENTANTE DAS ENTIDADES PATRONAIS
JOSÉ HENRIQUE MARQUES CAMARGO - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES PATRONAIS
ALEX RICARDO FONSECA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS

Representantes dos Trabalhadores em Saúde:

JOSÉ ERIVALDER GUIMARÃES DE OLIVEIRA - (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS
CATEGORIA SAÚDE

ANGELA APARECIDA DOS SANTOS - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
LAUDICEIA REIS SILVA DOS SANTOS – (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
SILAS LAURIANO NETO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
MARGARETH ANDERAO (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
ELAINE DIAS VASCONCELOS - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
ALEXANDER DE CARLO FREITAS NAVARRO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS

Representantes das Instituições Governamentais:

ELZA DE SANTANA BRAGA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS

Representantes do Poder Público:

MARCELO MONTEIRO PINTO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARILDA SILVA SOUSA TORMENTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
NELZA AKEMI SHIMIDZU (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
JOSÉ IVAN FERREIRA – (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

II – Ausentes

CRISTOVÃO AVELINO NERY (SUPLENTE) REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL
MARIA GORETE FERREIRA - (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE
JOYCE NÉIA DA COSTA - (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
VICTÓRIA MATOS DAS CHAGAS SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
AMANDA CONEGUNDES MUCCI – (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
BRENDA CRUZ DE LANA – (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
VERA HELENA ALVES SANTANA – (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
JOSÉ GONZAGA DA CRUZ – (TITULAR) - REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS
IVONILDES FERREIRA DA SILVA – (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
FLÁVIA ANUNCIAÇÃO DO NASCIMENTO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
AMÉLIA DALVA RIBEIRO DE OLIVEIRA – (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
FERNANDO HENRIQUE VIEIRA SANTOS – (TITULAR) - REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
ROSEMEIRE SENA LOPES- (SUPLENTE) - REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
FRANCISCO ERNANE RAMALHO GOMES – (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS FUNÇÃO MEIO
JOSÉ APARECIDO MAION - (SUPLENTE) - REPRESENTANTE CONSELHOS FUNÇÃO MEIO
IRAMIR BASTOS GOMES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS
FERNANDO MUSSA ABUJAMRA AITH – (TITULAR) – REPRESENTANTE DE UNIVERSIDADE PÚBLICA
IVALDO SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA
PAULO ROBERTO MARVULLE (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
MARIA DA PENHA MONTEIRO OLIVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
CARLOS ALBERTO PEREIRA GOULART -(TITULAR) - REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
REINALDO JOSÉ TOCCI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
MARIO SANTORO JUNIOR - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS
MARIA DAS DORES LIMA SOARES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
RITA DE CASSIA BATISTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARCOS ANTÔNIO CAMPOY (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
KELLY CRISTINA LOPES LUNA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS/SP:

DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA

DIGITAÇÃO:

DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA
SUELI DE OLIVEIRA GIMENEZ – AGPP

REVISÃO GERAL:

JÚLIO CÉSAR CARUZZO – SECRETÁRIO GERAL

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva: Inicia a reunião cumprimentando a todos, após verificação de quórum.

Júlio César Caruzzo, Secretário Geral do CMS: Reunião Híbrida - Plataforma Microsoft Teams. Faz leitura da pauta.

- Aprovação da Ata da 292ª Reunião Plenária Ordinária e 2ª Reunião Plenária Extraordinária;

B - Informes da Mesa;

C - Informes dos Conselheiros;

D - Informes das Comissões;

E - Ordem do Dia:

1. 21ª Conferência Municipal de Saúde de São Paulo;
2. Revisão do GT de Contratos;
3. Oncologia no município;
4. Saúde Ocular no município.

Pergunta se há proposta de inclusão ou reunião de pauta.

Passa à apreciação das atas da 292ª Reunião Plenária Ordinária e 2ª Reunião Plenária Extraordinária Consulta o Pleno. Aprovadas as atas.

Informes da Mesa: Informa que:

Ednalva Edite de Souza, segmento usuários, nova conselheira em substituição à Brenda Cruz De Lana– do segmento usuários, movimento social comunitário.

Ângela Aparecida dos Santos, segmento trabalhadores, em substituição de Valter Martins, dos Sindicatos Categoria Saúde. No dia 31/03/23 foi entregue RAG 2022. Quem quiser cópia impressa, favor solicitar. O documento muito grande.

Informes dos Conselheiros:

Carlos Miguel de Freitas, Conselheiro Suplente representante dos Portadores de Patologias: Informa que há problemas no extremo norte da capital, Jardim Fontalis no Tremembé – saíram de UBS de madeira e foram para casa de alvenaria. O atendimento é precário. Há crescimento demográfico de forma desordenada na região. Dia 27, houve reunião com Secretário. Tinha gente do Jardim Fontalis. Dia 11/03 receberam visita da Dra. Ana Cristina, da CRS Norte, para estudo de viabilidade de construção de nova unidade em terreno próprio da prefeitura no Tremembé. Solicita apoio de todos.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Informa que a questão do Hospital Vila Santa Catarina já foi encaminhada. Vão fazer reunião específica sobre o RAG.

Thaís Mendes Souza, Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias:

Informa que foi encaminhado ofício sobre laboratório do Hospital Brigadeiro porque estão recebendo manifestações por divergências de resultados, resultados dos exames que interferem no tratamento. Laboratório Bio Hélix – câncer hematológico – Número alto de denúncias. Pedem apuração desse serviço.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Informa que houve reunião do AE CECI. Foram solicitados nomes para participar da reunião. Estavam presentes Vita, Seiti, representante da STS.

A situação está muito ruim, há problemas inclusive nos banheiros. Tudo está sucateado. Walter é relator. Passou informações para ele. Precisam ver situação dos equipamentos de RX e eletrocardiograma. Está havendo problemas nos equipamentos. É, precisa fazer levantamento geral. Contratos e assistência da população.

Informes das Comissões:

Nadir Francisco do Amaral, Conselheiro Titular, Portadores de Patologias: Houve reunião da Comissão de Patologias e Doenças Raras. Tema foi Hemofilia, porque o dia 17 é dia Mundial da Hemofilia. A Comissão de Saúde da Pessoa Idosa convidou SAMU para participar da reunião, que declinou do convite. Mas é importante discutir questões importantes, inclusive de hospitais.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Hospital Vila Santa Catarina – ontem houve reunião e diretora não compareceu, alegando ter outro compromisso. Que dia 18/05, às 10h, em nova reunião já marcada, estejam presentes as áreas solicitadas, hospitalar, OSS e todos os envolvidos. Espera ter encaminhamento positivo sobre isso. Vão convidar o Secretário para estar presente. Nome dele está sendo mencionado sobre esse equipamento.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Comissão de Comunicação – Os trabalhos se juntaram, com questões da a própria Comissão e da Subcomissão de Comunicação da 21ª Conferência Municipal de Saúde de São Paulo. Importante a solução que precisa ser encontrada é sobre a questão da retomada das transmissões dos plenos ao vivo no Youtube e Facebook. Cresceu o número de seguidores com a transmissão Ausência de transmissão prejudica a luta. No final do ano fizeram conversa com Dr. Ivan Cáceres que falou, que depois da mudança de prédio veria isso. Foi em janeiro e não sabemos nem se haverá mudança. A transmissão era feita pelo ex-conselheiro Mário. Fala também do ponto de wi-fi que não funciona. Outro ponto é sobre o levantamento sobre comunicação online – Marcar reunião com Comissão Inter-Intraconselhos e trazer para o Pleno. Fazer resolução porque há muitos problemas nos territórios. Tinha proposta de fazer hotsite para a Conferência, mas não deu tempo, e propõe fazer para o CMS, pois trata-se de espaço online interessante para ouvir os gestores e pessoas dos territórios. Solicita foto atual para colocar no Facebook oficial do CMSSP.

Frederico Soares de Lima, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Fala da Comissão de Educação Permanente. Terão relatório de 1 ano de trabalho. Cita duas ações importantes: - Curso de Formação de Facilitadores e Congresso de Comissões apontado para maio de 2023. Propõe a viabilidade de fazer levantamento de todas as unidades de saúde da cidade de São Paulo.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Considera importante pautar a rede hospitalar – Veio uma pessoa para o CMS, mas perdemos o contato. Considera também importante cobrar a presença do presidente à mesa, que só veio duas vezes aqui.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva: Passa à Ordem do Dia. 21ª Conferência Municipal de Saúde de São Paulo.

Nadir Francisco do Amaral, Conselheiro Titular, Portadores de Patologias: Subcomissão de Relatoria – Foi solicitado o caderno de diretrizes e a Maria do Carmo, da Escola Municipal de Saúde está compilando os dados, são 54 diretrizes por sala na Conferência, estará encaminhando o caderno de diretrizes por região até amanhã ou segunda-feira. São 432 diretrizes aprovadas. Vão conciliar as mais próximas para facilitar os trabalhos. Os 8 coordenadores eleitos na relatoria vão explicar. Dia 17/04 haverá reunião online. Dia 24/04 – presencial – coordenadores e apoiadores. Conta com a presença de todos os envolvidos nessa atividade.

Benedito Alves de Souza, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Homologação e Credenciamento – Os trabalhos estão em andamento. E vão recebendo os recursos. Até segunda-feira terão todos os nomes de delegados. Estão aguardando segmento Patologias e Pessoa com Deficiência. Que todos os conselheiros procurem o Júlio para preencherem as fichas.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Comunicação – Fala da divulgação – Tiveram reunião com ASCOM – produção de cards para compartilhar nas redes sociais – QR Code com regimento e documento orientador. Local e data – hoje está ocorrendo licitação para definir o local. Alguns materiais como sacolas, por exemplo, precisam do local para realização do contrato e ainda não temos.

Outro ponto: - fizeram trabalho, produção de 2 vídeos – um explicando como as subcomissões estão trabalhando. A EMS tem dado muito apoio. Outro vídeo com imagens das pré-conferências. Agradece apoio dos AGP e conselheiros. Não conseguiram de todas as comissões organizadoras. Somente de 13. Vídeo vai ficar bem bonito para valorizar o trabalho. Foi feito chamado para comunicação colaborativa. Serão 12 vagas. Diferentes perspectivas da cobertura do evento. Enviou para o Júlio formulário online. Ainda não está no site. ASCOM não consegue fazer transmissão de toda a Conferência Sugeriram falar com coordenação de DST/Aids. Sobre atividade cultural, há opção de grupos voluntários. Marcelo indicou um grupo, que é o Circula CAPS. Outra opção é grupo de samba que Atenção Básica tem referência. Outra é orquestra do MP.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva: Enquanto não tiver contrato assinado, não sabemos se teremos Conferência. Center Norte rejeitado. Pró-Magno – espaço novo, muito bom, é boa opção.

Albertina Souza Ribeiro Justino, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste - Comissão de Infraestrutura – Amanhã haverá reunião sobre alimentação. Triste saber que há possibilidade de não ter sacolas. Ainda há impasse de local. Gostaria de saber se o Fábio, da AGP, tem resposta para nos dar sobre as sacolas.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva: Dependemos do contrato. Estão 100% da dependência do local para as demandas serem contempladas. É possível fazer as sacolas.

Fábio Salles, da AGP: O pregão está se iniciando. Ninguém falou que não vai ter. Pode haver dificuldades, mas estão correndo para tudo o que foi solicitado seja atendido. Houve mudança na lei, o que atrapalhou. Pede paciência nessa questão. Não há negativa de nada. Estão correndo para ter sacola e tudo o mais que foi solicitado.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva: Estão procurando atender as 4 subcomissões e empenhados para ter Conferência à altura que a cidade merece.

Passa à segunda Ordem do Dia.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMSSP: Agradece a presença dos convidados. Item: - Revisão do GT de Contratos.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: É trazer o GT para o guarda-chuva da COFIN. Não se trata de revisão.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: O GT não está acontecendo. Vinham recebendo muitos documentos com relação às OSS. Não entraram em consenso com a forma de trabalho. Devolveram à Comissão Executiva para esta definir o objeto do GT de Contratos de Gestão. Acha que a vinculação à COFIN vai para o lado orçamentário financeiro. É defensora quanto ao olhar sobre a qualidade da atenção. Se vincular à COFIN não terão esse olhar. É favorável à vinculação da Executiva. O ConselheiroIVALDO faz questionamento interessante para os trabalhos do GT. Poderiam definir o objeto, com nova redação na Executiva. Definir o direcionamento, o objeto e o que vão fazer.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva: Já está no guarda-chuva da Executiva.

Maria Adenilda Mastelaro, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Lembra a todos que é necessário seguir o Regimento.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Compactua com a conselheira Débora. Concordam que precisam olhar para a assistência, qualidade da gestão e da assistência. Acha que deveria ser comissão temática. É sua proposta. O CMS precisa voltar o olhar para essas confusões, aglutinar, porque são poucas pessoas. Que passe a ser Comissão Temática de Terceirização já que tudo passa pela terceirização. O GT tem tempo de existência e precisam de coisas mais duradouras.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Mantém a questão neste momento. Reconhece o trabalho valoroso da Conselheira Débora. Mantém, porém, que venha para COFIN e depois se defina o destino desse GT.

Nadir Francisco do Amaral, Conselheiro Titular, Portadores de Patologias: Achou interessante a proposta para ser colocado como Comissão. Falta conhecer para trabalhar –caminho para discutir contratos de gestão. Tema importante a todos.

Benedito Alves de Souza, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Passa palavra para Suely Levy.

Convidada Suely Levy: - O regimento interno do CMS está defasado. E a Comissão Executiva não tem missão de coordenar GT. Considera interessante GT se transformar em comissão pela quantidade de trabalho, esvaziamentos. Uma comissão exclusiva para tratar de OSS é de extrema importância. O assunto é complexo e as comissões poderiam enviar representantes para essa Comissão. Não tem assunto mais importante do que terceirização, OSS, contratos de gestão neste momento.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: A Comissão de Políticas tem missão de discutir assistência. COFIN discute orçamentos. Devem pensar em contratos e convênios. COFIN analisa também.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva: O GT ficou na Executiva aguardando a definição. Não recebemos até hoje resultado essa questão. Acha que deve ser GT e depois se transformar em Comissão.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: A Comissão Executiva abrigou o GT., mas precisa ser deslocado para alguma comissão. Débora diz que há divergência quanto ao objeto. A partir daí, o próprio Pleno deve se posicionar para Comissão ou o que que se defina como objeto desse GT. Dependendo do objeto se encaixa na COFIN ou não. O formato precisa ser bem definido. Como existe interface com todas as comissões, que seja formatado por todos.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva: O GT precisa trazer proposta para qual comissão querem apontar. Isso não será definido hoje.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Tem que ser seguido o Regimento. Apareceram 3 propostas:

- 1- Vinculação à COFIN que teme que precisem discutir assistência que não é papel de COFIN. Pode ser questionado.
- 2- Transformação do GT em nova Comissão – já tinham visto essa necessidade. Precisam fazer análise de tudo o que envolve.
- 3- Diluir as discussões nas comissões existentes segunda proposta do Conselheiro Nadir. Acha que seria difícil e complicado. Podem amadurecer e definir na próxima reunião.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva: Que todos conversem com seus pares.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Concorde com a Débora. Mas acha que devem resolver hoje. Sabem qual é o melhor caminho. Não considera a 1ª uma boa proposta. Diluir esse tema nas demais comissões – precisam de subsídios para ampliar o discurso. É a favor de avançar para ter comissão específica para isso. Questão relevante. Tudo vira aquisição de OSS. Produzir algo que seja bom para todos que precisam de assistência. Propõe à mesa colocar em regime de votação as 3 propostas ou achar um caminho para que esse GT tenha olhar grande. Na COFIN só vão olhar dinheiro e precisam de olhar holístico.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva: Tiveram essa preocupação. Na Executiva há membros de diversas comissões. Propõe manter como está.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Não dá para descaracterizar o papel da COFIN. Considera que existem inconsistências e que é prematuro votar uma nova comissão sem ter discussão entre os conselheiros. Não concorda. Precisa ser amadurecido. Se já passaram 4 meses e o próprio GT não conseguiu resolver suas questões. Que fique na COFIN. Depois é

favorável que se transforme em Comissão. Apela à Conselheira Débora, pois não vê como tirar comissão neste momento.

Manoel Otaviano da Silva, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Concorde com algumas falas. Não tem clima para votação. O Regimento está muito ultrapassado. Precisam resolver essas pendências.

Nadir Francisco do Amaral, Conselheiro Titular, Portadores de Patologias: Discussão pertinente. Acha importante para as comissões. Discussão de contratos de gestão nas comissões precisa ocorrer. Há ciclo de planejamento que a ASPLAN está fazendo. Interfere nos instrumentos de gestão. Precisam entender como o programa é idealizador, quais são os recursos, como será executado e quem vai executar.

Marilda Silva Sousa Tormenta, Conselheira Titular representante do Poder Público: O que é organização de terceiro setor. O que é OSCIP? A ideia está aflorada. Pede regimento interno novo.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: O Conselheiro Rubens colocou questão ética importante. Há 4 meses formataram esse GT para dar contribuição ao trabalho que a Conselheira Débora vinha realizando. Observaram dificuldades com relação ao objeto desse GT. Importante um GT dessa natureza, que usa quantidade muito grande de dinheiro.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Que seja discutido no próximo Pleno.

Fábio Salles, da AGP: - Questão de Ordem – Lembra que Área Técnica convidada está esperando há tempos.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Precisam ter um entendimento. Mas não é possível ter dois pesos e duas medidas. Se está no regimento e foram cobrados para segui-lo, se não cumprir o regimento, não vai mais cumprir.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva: Vão deixar por 30 dias ainda sob guarda-chuva da Executiva e no próximo Pleno, que é soberano, vão levar por enquanto para as comissões. Se será COFIN ou outra comissão que vai abraçar esse GT.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Não está entendendo. Já existe um GT.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Estavam discutindo o GT das OSS. Há 3 propostas e vão amadurecer o destino do GT.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Fala da necessidade de revisão do Regimento Interno. Nenhum GT pode ficar sob a Executiva.

Maria Adenilda Mastelaro, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Sente que o plenário não está preparado para a votação. Regimento tem que ser cumprido. Ninguém está preparado para votação hoje.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva: É o que está propondo desde o início.

Marilda Silva Sousa Tormenta, Conselheira Titular representante do Poder Público: Declara-se desfavorável à votação hoje.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Acho que não conseguem votar hoje. Precisam rememorar o Regimento. Não encontrou nada que dizia que GT deveria estar vinculado à Comissão.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Retira sua proposta.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva: Não tem nada no regimento que a executiva não pode abrigar GT.

Fábio Salles, da AGP: - Tem sim no Regimento. Cita o regimento.

José Ivan Ferreira Conselheiro Suplente, representante do Poder Público: Questão de Ordem – Estão com gente da área técnica, desde às 14h aguardando para realizar apresentação.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva: Para encerrar esse tema, vamos amadurecer por 30 dias.

Passa ao próximo tema. Oncologia no Município – **não teremos apresentação.**

Saúde Ocular no Município.

Dra. Marcela Josefina Passerini, Coordenadora da Regulação da SMS: Recebeu o convite ontem à tarde porque havia a solicitação do CMS sobre o parecer da situação da Oftalmologia no município de São Paulo. Esclarece que não pertence à área técnica É da regulação e está à disposição com relação aos números. E vai explicar mais ou menos como funcionam os fluxos da oftalmologia no município. Temos dois níveis de consulta na Oftalmologia. A primeira entrada do paciente, que é na oftalmologia básica, chamada Oftalmologia 1 e quando não se resolve a situação que o paciente precisa dentro desse segmento, ele é encaminhado para o chamado Oftalmologia 2, onde estão enquadrados alguns tipos de cirurgias os tratamentos das retinopatias e os tratamentos relacionados ao glaucoma. A situação em termos de fluxo regulatório e gestão de filas é muito tranquila nos dois segmentos. Praticamente oferta e demanda estão equilibradas. A gente não tem grandes números represados nem na Oftalmologia básica nem na específica. Fica à disposição para o que quiserem perguntar.

Thaís Mendes Souza, Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias:

Sobre a questão das cirurgias, o que se tem visto é um represamento devido à pandemia. Pergunta se as ações para diminuição das filas de cirurgia se aplicam nestes casos. Não tem demanda? Não tem fila?

Dra. Marcela Josefina Passerini, Coordenadora da Regulação da SMS: Nenhum procedimento tem fila zero, mas as filas hoje se equilibram. Na Oftalmologia 2 a fila de espera atual é de 5. 623 pacientes. Isso data do dia 3/04. A oferta é de 4.887. A oferta praticamente atende a fila. E não lidam apenas com esses dois indicadores na gestão de fila. Chamam isso de fluxo de entrada. O fluxo de entrada é de 4.949. Então, existe um equilíbrio entre fluxo de entrada, fila de espera, e oferta. Levam em conta também quantos pacientes entram por mês solicitando esses procedimentos.

O paciente não fica desassistido. É muito específica uma situação em que a gente precise buscar um recurso junto à SES. Existe, por exemplo, com pacientes que requerem leitos hospitalares, quando o atendimento não pode ser realizado em nível de Hospital Dia, ambulatório, quando os pacientes precisam de leitos oftalmológicos. Aí se recorre à SES. Ou uma ou outra patologia de criança, na primeira infância particularmente, as retinopatias da primeira infância, ou glaucoma ou catarata das crianças; geralmente que se chama de alta complexidade, ou altíssima complexidade dentro da Oftalmologia, às vezes é preciso solicitar apoio do Estado. Mas geralmente é muito pouco comum. A maior parte dos casos hoje estão muito tranquilos dentro do município., tanto em relação à clínica quanto à cirurgia.

Nadir Francisco do Amaral, Conselheiro Titular, Portadores de Patologias: Quer saber dentro dessas estatísticas mostradas pela Dra. Marcela, como o idoso é tratado nesse sistema. Ouve algumas reclamações na base. Pergunta se existe PS na área oftalmológica.

Dra. Marcela Josefina Passerini, Coordenadora da Regulação da SMS: Responde que não tem pronto-socorro. Geralmente a pessoa vai para PS comum e se existe uma demanda que precisa ser resolvida na hora, é solicitada vaga na rede de urgência e emergência mesmo. Existe um pacto, por exemplo, em relação à retina. Se chegar paciente que teve deslocamento de retina e ele precisar de atendimento imediato, a gente tem um pacto com os prestadores contratados. A regulação central precisa ser notificada e é quem

encaminha essa solicitação para um dos prestadores contratados. Nesses casos, o paciente é imediatamente atendido. Não tem dificuldade para o atendimento ser priorizado se necessário. Aliás, falando um pouquinho do idoso, há algumas situações que ocorrem com mais frequência no idoso. Fala da catarata, retinopatia senil, retinopatia diabética, glaucoma. A regulação é feita em cima da portaria. Leva-se em conta a cronologia de quando esse paciente entrou, e a prioridade do risco. Por exemplo, dentro da fila do glaucoma, toda solicitação de glaucoma é classificada de acordo com a escavação glaucomatosa que esse paciente apresenta. O que é glaucoma? Glaucoma é o acometimento que compromete o nervo ótico. Então, parte desse nervo sofre o que a gente chama de escavação, e essa escavação é classificada a partir de 0,5. Então, quando chega uma solicitação para atendimento de glaucoma na central de cirurgia aqui na regulação central, esse paciente é classificado. Então, vão ser atendidas primeiro as escavações mais altas até chegar às mais baixas. Hoje, toda escavação mais alta foi atendida. A não ser que chegue num momento atual. Fila só existe de escavação baixa. De 0,5 ou 0,6, que são glaucomas que às vezes necessitam apenas de acompanhamento e nem de colírio precisam. Em relação à retinopatia diabética é a mesma coisa. Esses pacientes são tratados atualmente com uma injeção que se faz dentro do olho e também existem os prestadores que fazem esse tipo de atendimento.

Nadir Francisco do Amaral, Conselheiro Titular, Portadores de Patologias: Pergunta se esse trabalho é feito pela SMS. Se há trabalho de prevenção na Secretaria e adesão ao tratamento. Se a pessoa só entra no sistema quando já está com problema.

Dra. Marcela Josefina Passerini, Coordenadora da Regulação da SMS: Responde que é tudo Secretaria. Não são todos prestadores próprios. A gente tem rede própria que atende particularmente a Oftalmologia básica, mas tem os prestadores contratualizados que atendem a parte cirúrgica e toda essa parte especializada que foi explicada agora. No setor de regulação, só entra quando tem problema. Mas na Atenção Básica tem ações preventivas. Tem acompanhamento, tem uma ação que se faz, a retinografia que é uma foto do fundo do olho, tem o acompanhamento dos diabéticos, dos hipertensos, tudo isso para evitar que se chegue a complicações chamadas de retinopatias.

Nadir Francisco do Amaral, Conselheiro Titular, Portadores de Patologias: Pergunta sobre fornecimento de óculos. Havia um programa antigo que doava óculos para as pessoas. Pergunta se isso continua.

Dra. Marcela Josefina Passerini, Coordenadora da Regulação da SMS: Responde que ainda tem prestador que fornece óculos.

Não conhece campanha que doa óculos em todos os estabelecimentos, mas ainda tem prestador que fornece. São óculos mais simples, já viram fotos desses óculos, são desde para a idade infantil até para adultos.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Passa a palavra para Rosemeire Rosa, da Santa Cecília.

Convidada Rosemeire: Como usuária, e com mãe idosa que tem problema de glaucoma, durante a pandemia, ela foi encaminhada da Santa Cecília para a Lapa, em local com containers em frente a um cemitério. Viu coisas horríveis lá. Desde pessoas em filas como se estivessem marcando gado, colocavam o rosto, eram examinadas com máscaras porque era tempo de covid. Notou que a examinadora às vezes usava álcool e às vezes não. Explicou o que sua mãe tinha, que fazia acompanhamento e recebeu a informação de que ficariam numa regulação até ir a um especialista de glaucoma. Isso ocorreu em 2021, na época de covid e até hoje sua mãe nunca foi chamada. Na Santa Cecília dizem que não conseguem ver a fila porque o atendimento foi realizado na Lapa. Como ela pega medicamento para o glaucoma no Maria Zélia, então de 6 em 6 meses ela tem que passar no oftalmologista para fazer o acompanhamento e pegar os documentos necessários. Enfim, o médico pediu exame que foi encaminhado para o CEMA, a médica que atendeu indicou vários exames e encaminhou a questão do glaucoma. O que ela passou não condiz nada com o que foi dito sobre a fila. Se não ficar em cima, não se consegue. Para ela o sistema falhou.

Dra. Marcela Josefina Passerini, Coordenadora da Regulação da SMS: Responde que precisaria saber os dados da mãe da convidada para ver se realmente foi solicitada uma avaliação de glaucoma para ela. No local citado, não se faz avaliação de glaucoma. Hoje, há três prestadores que trabalham com avaliação de glaucoma. E nenhum é nesse local. Hoje têm cerca de 2.500 a 3 mil vagas de glaucoma/mês. Acredita que a mãe da convidada já teria sido atendida neste período caso tivesse sido feita a solicitação. Avaliação de glaucoma é feita basicamente através de exame. O paciente vai para uma consulta e tem que realizar 4 exames para avaliação do glaucoma, e isso é feito de uma modalidade de solicitação dentro do sistema que é chamado APAC.

Então, o médico que encaminha paciente para avaliação de glaucoma tem que preencher esse documento chamado APAC e solicitar avaliação justificando o porquê. Foi o que falou sobre o tamanho da escavação que o paciente tem. O porquê de pedir a avaliação de glaucoma para ele. Habitualmente não existe toda essa demora. Não tem mesmo uma fila grande de glaucoma. Precisaria avaliar se realmente foi feito o encaminhamento correto. Sugere que a convidada envie o número do cartão SUS para verificação. Ou verificar com a unidade tutorado cuidado dela, que é a UBS, se foi feito o devido encaminhamento. De qualquer maneira, acha que ela já está sendo acompanhada. Se ela faz exame regularmente e se ela usa o colírio, é porque ela já fez avaliação do glaucoma. Mas se não fez, precisa fazer.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Declara que recebeu da SMS uns dias atrás, a agenda regulada – a fila de espera – e nesta agenda regulada, viu que para consultas há 27.711 pessoas aguardando uma consulta de Oftalmologia.

Diz que ele e o conselheiro Nadir querem ver na fila em algum momento o perfil das pessoas idosas, as especialidades que essas pessoas estão aguardando e por quanto tempo. Tem paciente desde 2016 aguardando consulta para Oftalmologia 1. Pergunta o que a SMS vem fazendo para qualificar, requalificar e conseguir atender a população no tempo oportuno. Cita seu caso pessoal, que tem ceratocone em ambos os olhos, já fez transplantes de córnea 3 vezes. São Paulo não tem PS oftalmológico que atenda 24h. Doença ocular vem crescendo exponencialmente, é o que dizem dados da OMS, da OPAS, MS e a própria Prefeitura da Cidade de São Paulo, que tem feito uma campanha com relação a esse crescimento exponencial da doença ocular. Pergunta quais são ações objetivas da SMS para reduzir essas doenças e para atender em tempo oportuno e quais são as ações que a SMS tem feito para qualificar e requalificar e conseguir atender todos aqueles pacientes que estão na fila desde 2016. Se ainda precisam, enfim, o que está sendo feito objetivamente.

Dra. Marcela Josefina Passerini, Coordenadora da Regulação da SMS: Responde que a qualificação das filas é realizada em nível de UBS. Na rede, quem entra em contato com o paciente são as UBS, para avaliar a necessidade ou não ainda do recurso e ainda se espanta um pouco com a fala de gente na fila desde 2016. Em relação a OS, realmente não temos, PS oftalmológico. No caso de o paciente chegar numa UBS e precisar do atendimento oftalmológico, ele pode ser encaminhado para algum dos ambulatorios que tenha Oftalmologia em caráter de exceção. Isso não é um impeditivo. Se for situação urgente, pode ser encaminhado para prestador contratualizado ou solicitado para a rede de urgência/emergência. Não há outro caminho, porque o município não possui realmente atendimento oftalmológico 24h/dia.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Cita que entendeu que o paciente vai passar por avaliação e depois encaminhado para especialidade. Pergunta como está essa fila de espera de especialidade, desse profissional.

Dra. Marcela Josefina Passerini, Coordenadora da Regulação da SMS: Responde que não tem uma fila de especialidade de 27 mil pacientes. Essa fila é para Oftalmologia 1, de problema geral. A fila de especialidades hoje é de 5. 600 pacientes.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Fala do Programa Enxerga São Paulo, que inclusive estava tirando fotos de unidades e colocando na mídia. Não sabe se isso chegou aqui porque falaram que eram fake. Estavam proporcionando benefícios de armações gratuitas e exames de vista gratuitos e especialistas em saúde visual. Usavam imagens de unidades de saúde e alguns da Rede Hora Certa. A questão é grave. Não sabe de onde partiu isso. Ofertar serviço com imagem de unidades de saúde e a população procurando, achando que teria acesso e era fake. Propaganda falava nas redes sociais.

Dra. Marcela Josefina Passerini, Coordenadora da Regulação da SMS: Declara que não tem conhecimento disso. E a Dra. Lucia, presente na reunião pode falar.

Dra. Lucia: Declara que ouviu o relato da conselheira Adriana, mas que essa informação não saiu da SMS. A questão fake hoje é muito grave. Recebe no seu telefone 30, 40 ligações falsas por dia. Da mesma forma, uma informação falsa pode ser jogada na mídia.

Julio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMSSP: Informa que a Comunicação já emitiu uma nota ontem dizendo que não existe isso.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Quer retomar o ponto do fluxo. Contextualiza dizendo que pegou infecção, está temporariamente com a visão prejudicada. Vai à UBS e o clínico não consegue atendê-lo porque não é a especialidade dele. Não tem hospital. Ele iria para ambulatório que tem oftalmologista. Mas tem 30 mil pessoas na fila esperando consulta com oftalmologista no ambulatório. Vai para o CEMA. Suel Abujamra, nos Hospitais Dia da Rede Hora Certa, essa rede de Oftalmologia. São também idosos de 80 anos desde 2016 aguardando uma consulta na fila. Pergunta se a gerente da UBS vai encaminhá-lo para ambulatório.

Dra. Marcela Josefina Passerini, Coordenadora da Regulação da SMS: Responde ao conselheiro que vai sim porque apesar de ter 37 mil pessoas na fila, há oferta de 42.937 vagas de atendimento para Oftalmologia 1. A qualquer momento em que precisar de um atendimento rápido em Oftalmologia, existe essa possibilidade, desde que o paciente seja devidamente encaminhado e o atendimento justificado. Não pode encaminhar emergencialmente um vício de refração, mas pode encaminhar uma emergência oftalmológica.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Essas informações das disponibilidades são muito importantes para o conhecimento da população, para que não seja mal acompanhada, mal recebida. Essas 42 mil ofertas que a SMS tem hoje, são de contratos de gestão? Quando se pega relatório de produção dos Contratos de Gestão elas produzem, em média, na Oftalmologia, 75% da que foi pactuado. Nem tudo aquilo que foi contratado é executado porque os que se dizem parceiros nas OSS também não executam ou porque não contrataram oftalmologista, ou porque desconta da equipe mínima, ou porque o oftalmologista tirou licença de 60, 70, 90 dias, Sem reposição. Ter uma oferta de 42 mil consultas não significa que 42 mil pessoas acessarão essas consultas tendo em vista esse conjunto de situações que acontecem no dia a dia. O médico fica doente, não atende. O médico pede demissão, 30 dias para contratação de outro. Aí o médico entra em auxílio doença e somente quando ele voltar haverá consulta. Por mais que pareça 30 mil pessoas e idosos de 80 anos, 70 anos, desde 2016 na fila, por isso há essa discrepância gigantesca. Compreende a posição da Dra. Marcela, como técnica da área, que trabalha e luta diuturnamente para que a saúde ocular seja uma realidade na cidade de São Paulo, estende a sua gratidão pelo trabalho realizado, mas considera importante dizer que fora da caixa da saúde ocular, existem outros critérios que acabam obstruindo a programação da própria SMS ou a execução do que os profissionais da área tinham interesse de fazer.

Dra. Marcela Josefina Passerini, Coordenadora da Regulação da SMS: Declara que não vai discutir, absenteísmo e falta de profissionais, mas vai alertar para dois aspectos. A fila de espera para usuários maiores de 60 anos na Oftalmologia 1 é de 5.300 pacientes. Na Oftalmologia 2 é de 1.781 pacientes. E apesar de todo o esforço que a SMS faz de promover recurso, de contratar novos parceiros para atendimento, continuam com absenteísmo de 30 a 35% em todas as consultas, por mais que emitam 2 ou 3 visos aos usuários. Acha que precisa haver uma colaboração dos dois lados. Da área, em buscar novos recursos em promover o atendimento e do lado da população também para que aproveite tudo aquilo que lhe é proporcionado.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Com relação ao absenteísmo, considera o ponto de vista do usuário. Pergunta se o absenteísmo não estaria associado à incapacidade da gestão em produzir no tempo oportuno uma consulta para aquele paciente para que ele não precise recorrer a outros mecanismos tais como pagar uma consulta e se resolver deixando de comer, comprando remédio, de comprar uma calça, de comprar material escolar para o filho, e ele consiga continuar a enxergar e trabalhar, então existem 2 pontos de vista. O da SMS, que acha que ofertou e o cara não foi e do ponto de vista do cidadão que quando precisou no tempo oportuno teve que correr atrás e fazer empréstimo, ou deixar de comprar coisas para as pessoas. Importante considerar esse tipo de situação do absenteísmo. Pensa num paciente que mora na Cidade Kemel e é enviado para fazer exame na zona sul. Ele tem dinheiro para pagar várias passagens de ônibus e metrô? Isso é considerado? A ausência da regionalização na distribuição de ofertas de exames, consultas e cirurgias é grande moderadora nessa questão do absenteísmo. Quando se falar de absenteísmo, também olhar do lado de cá. Ou do lado da incapacidade da gestão de produzir no tempo oportuno a solução para aquele problema. Cita novamente o caso dos idosos. Isso não é com a senhora que se apresenta, mas com a regulação.

Dra. Marcela Josefina Passerini, Coordenadora da Regulação da SMS: Informa que está na Regulação, não é área técnica. Diz que a oferta da Oftalmologia é toda regionalizada, não tem paciente de um lado fazendo as coisas do outro lado da cidade, com raríssimas exceções.

Fabio Salles, da AGP. Questão de Ordem: Com todo o respeito, vocês podem questionar, perguntar, está aqui também representando a gestão e diz que a forma com que o conselheiro fala é desrespeitosa. Com todo o respeito, pede que o questionamento seja feito também por escrito que vão responder. A forma e a fala como o conselheiro André está falando para eles é desrespeitosa. Pede encarecidamente que se existe alguma questão que o conselheiro seja contra ou a favor, entendem, mas pede para segurar a forma de falar.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Não foi sua intenção ser desrespeitoso. Se foi, pede desculpas à Dra. Critica sim o modelo de gestão e a incapacidade de se fazer gestão, que no caso não é da Dra. Marcela.

Fabio Salles, da AGP: Fala ao conselheiro André que se dirigiu diretamente a ela, que está aqui desde as 14 horas aguardando. A competência deles é dar esclarecimentos ao CMS, mas não ouvir a forma de falar como está ocorrendo. Está se sentindo desrespeitado e não é só ele. Todo o pessoal que está aqui. Informa ao coordenador que vão se retirar se isso continuar.

Dra. Lúcia, Diretora do Departamento de atenção Especializada: Informa que deseja fazer uma pequena contribuição. Dra. Marcela é coordenadora da Regulação, não apenas uma funcionária. É diretora do Departamento de Atenção Especializada que está muito interligada com a Regulação Não que ficar em discussão bilateral com o conselheiro André, porque isso não vai chegar a lugar nenhum. A Dra. Marcela trouxe hoje aqui os números. O atendimento não é demorado. O tempo de espera médio do paciente é em torno de 50 dias. Não considera elevado. Para consulta de rotina é bastante aceitável. Se tiver uma situação de emergência, como a Dra. Marcela já falou, esse paciente vai entrar no fluxo de emergência. Independente de não termos um hospital oftalmológico. O município é de 12 milhões de pessoas e a gente tem que oferecer aquilo que é mais importante para a grande maioria da população. E oferecer condições especiais para aqueles casos especiais. Então, uma condição de emergência, ela vai entrar num fluxo de emergência, vai chagar num PS, vai se procurar um prestador com capacidade técnica para fazer esse atendimento, ele vai ser colocado no fluxo. Isso não quer dizer que a gente não tenha o atendimento. Acha que a Dra. Marcela deixou isso bem claro. O paciente não vai ficar desassistido pelo fato de a gente não ter um hospital oftalmológico. Só que roa fazer essa contribuição, mas não se sentiram ofendidas pelo André. Só acha que ele não entendeu bem os números que a Dra. Marcela apresentou, porque se você tem um número de pacientes de 37 mil, e uma oferta de 42mil, se paciente não vai demorar para ser atendido. Agora, produção é totalmente diferente porque depende do paciente ir até lá, do paciente não ter nenhuma intercorrência, do médico não ter nenhum problema, são vários fatores que interferem na produção. Você pode ofertar 100% das vagas, marcar 100% das consultas, e você não ter uma produção de 100%. Você pode até ofertar, como pedem para os prestadores, 30% a mais para exatamente compensar esse absenteísmo ou essa falta por qualquer motivo. Então, só para esclarecer alguns pontos importantes para entender esses números que a Dra. Marcela trouxe muito gentilmente. Pediu para ela apresentar porque ela tem domínio melhor das ofertas e também das filas.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva: Agradece a participação da Dra. Marcela.

Dra. Marcela Josefina Passerini, Coordenadora da Regulação da SMS: Para quaisquer dados que precisem, a Regulação está à disposição.

Fabio Salles, da AGP: Informa que recebeu ofício do MP em seu nome. Fez leitura de ofício que recebeu dos MP. Pertinente à colocação.

São Paulo, 30 de março de 2023.

Ofício nº 402/SMS.G/DAOC/2023

(Favor usar referência: SEI nº 6018.2022/0087465-2)

Referência: Ofício nº 593/2023 – PJDH-SP nº 008/2016

Interessado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Assunto: Reunião realizada dia 22/11/2022, às 14h.

Exma. Dra. Promotora de Justiça,

Trata-se do Ofício nº 593/2023 (doc. SEI nº 079897527), enviado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo à Secretaria Municipal da Saúde, solicitando nova providência no sentido de transmitir às Organizações Sociais de Saúde, Coordenadoria e também aos Conselhos gestores que, os últimos, na sua atuação funcional, têm o direito de participarem das reuniões, inclusive junto de demais pessoas da população, podendo realizar a leitura em voz das atas de reunião voltada à sua aprovação, bem como a gravação das reuniões, independentemente de autorização, nos estritos termos legais, sob pena de responsabilização cabível daquele que violar os respectivos direitos.

Nesse sentido, enviam-se informações apresentadas pela SMS/Gestão Participativa (doc. SEI nº 080760899 e 080760812), desta Pasta, **atendendo às solicitações.**

Por fim, a Secretaria Municipal da Saúde coloca-se à disposição, para eventuais questionamentos ou providências adicionais, exclusivamente no endereço eletrônico daoc.cojur.sms@prefeitura.sp.gov.br.

Atenciosamente,



LUIZ CARLOS ZAMARCO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE



Exma. Dra. Promotora de Justiça
DRA. DORA MARTIN STRILICHERK
Defensoria Pública do Estado de São Paulo
E-mail: saudepublica@mpsp.mp.br

Fabio Henrique Salles

De: Ivan Caceres
Enviado em: terça-feira, 28 de março de 2023 13:43
Para: Fabio Henrique Salles
Cc: Suelen Karen da Silva Santos; Alda Pereira de Souza Silva; Fábio Nascimento; Barbara Eustachio Martins Alves; Fabio Henrique Salles; Suelen Karen da Silva Santos; SMS - SEABEVS; SECRETARIA EXECUTIVA DE ATENCAO HOSPITALAR – SEAH; Flavia Maria Porto Terzian; SMS - SERMAP; SMS - Chefia de Gabinete; SMS - Adjunto Saúde; SMS - Gabinete da Saúde
Assunto: ENC: Recomendações a serem replicadas às Coordenadorias, Supervisões Técnicas de Saúde – STS, às Diretorias das Organizações Sociais de Saúde e às Unidades de Saúde e Rede Hospitalar

SMS – SEABEVS
Senhora Secretária Executiva
SMS – SEAH
Senhora Secretária Executiva
SERMAP
Senhor Secretário Executivo

Coordenadorias Regionais de Saúde
Senhoras Coordenadoras
Coordenadoria de Assistência Hospitalar
Senhora Coordenadora

Reforçamos o disposto na Lei nº 13.325 de 08 de fevereiro de 2002 e no Decreto nº 44.658 de 23 de abril de 2004, que tratam da estrutura dos conselhos gestores do Município de São Paulo.

Isto posto, observamos a todos que é permitida a gravação das reuniões dos Conselhos Gestores da Saúde, sejam via áudio e/ou vídeo. Não havendo impedimento que essas gravações sejam realizadas pelos próprios conselheiros.

A gravação das reuniões permite que as informações discutidas e as decisões tomadas sejam registradas e fiquem acessíveis para consultas posteriores.

Contudo, salientamos que o documento que oficializa as discussões e deliberações dos colegiados é a Ata de Reunião, não sendo as gravações, em nenhuma hipótese, consideradas como substitutas das atas devidamente elaboradas e assinadas.

Ademais, ressalta-se a importância da deferência aos conselheiros, possibilitando leitura e inclusão de documentos nas atas de reunião, bem como a participação da comunidade e de convidados nas plenárias que é livre à população.

As reuniões em comum acordo do colegiado do conselho gestor, podem ser online, híbridas ou presenciais.

No que tange a rede hospitalar, é importante destacar a necessidade de envio antecipado dos nomes dos convidados para cadastramento na recepção, seguindo os protocolos hospitalares e evitando eventuais transtornos.

Por fim, informamos, as recomendações acima se aplicam às Supervisões Técnicas de Saúde – STS, às Diretorias das Organizações Sociais de Saúde e às Unidades de Saúde da Rede Municipal de Saúde onde haja Conselho Gestor devidamente constituído.

Solicitamos ampla divulgação, inclusive aos membros dos conselhos gestores de nossas unidades.

[

OFÍCIO

Promotoria de Justiça de Direitos Humanos Saúde Pública

saudepublica@mpsp.mp.br

São Paulo, data infra assinada

Ofício nº 983/2023

PJDH-SP nº 008/2016 (favor usar referência)

Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para encaminhar a documentação anexa e solicitar:

- a. Comprovação da publicização de sua resposta no DOM;
- b. Resposta constando em Ata de reunião do CMS. Prazo para resposta 10 (dez) dias.

No ensejo, apresento a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e distinta consideração.

DORA MARTIN STRILICHERK

Promotora de Justiça

Prezado Senhor

Fábio Henrique Salles Secretária de

Gestão Participativa

fsalles@prefeitura.sp.gov.br

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva: Não temos quórum, Não podemos mais nada. Tomamos ciência em relação ao documento. Apenas conversar. Reunião oficialmente encerrada.